

Calmon de Sá sugere consultar população

São Paulo — O ex-Ministro da Indústria e do Comércio (durante o Governo Geisel) e presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, sugeriu ontem que a próxima administração federal deverá convocar a população, para um “sacrifício” destinado a corrigir a política econômica e reduzir a inflação.

Esses ajustes serão inevitáveis no próximo governo, disse ontem o banqueiro, em São Paulo, no 2º Encontro Anual dos Executivos Financeiros. “Essa deverá ser uma das principais opções políticas da nova administração, seja ela lá qual for. De qualquer forma, não deve ser tomada nenhuma medida demagógica, como a liberação da base de expansão monetária, o que levaria a inflação a patamares de 500% ou 600% em 1985”, acha Calmon de Sá.

Perspectivas

No encontro, o ex-Ministro explicou que a consulta à população serviria “para esclarecer o povo quanto às necessidades financeiras, que exigirão uma elevação dos impostos e contribuições em geral.” No seu ponto de vista, essa é a única alternativa interna para o equacionamento dos problemas econômicos, à exceção da captação de poupança externa.

O presidente do Banespa, Luís Carlos Bresser Pereira, descartou a necessidade de maior sacrifício para equacionar esses problemas, “pois o povo já fez muitos sacrifícios nos últimos anos”.

— Classicamente, quando se tem uma inflação alta é porque há um excesso de demanda, ou seja, um país está gastando mais do que produz. Mas esse não é o caso do Brasil. Não creio que seja preciso pedir maior esforço à população, mesmo porque, em 1985, será possível alcançar um crescimento econômico de até 6% — acrescentou Bresser Pereira.

Para o presidente do Banespa, o país deveria captar novos investimentos, através de futuros acordos com banqueiros internacionais, dentro dos valores da inflação dos Estados Unidos, “isto é, 4 bilhões ou 5 bilhões de dólares anuais, que é o desgaste do dólar”. Para Calmon de Sá, o Brasil terá condições de aumentar suas exportações em 1985, engrossando suas reservas cambiais e melhorando a liquidez para o cumprimento dos compromissos da dívida externa.